

HABEAS CORPUS Nº 570.524 - MG (2020/0079583-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARIA BEATRIZ DE OLIVEIRA E SILVA
ADVOGADO : MARIA BEATRIZ DE OLIVEIRA E SILVA BRAGA -
MG120350
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : SILVIO SERGIO OLIVEIRA GUIMARAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGRESSÃO CAUTELAR DO REGIME PRISIONAL. COMETIMENTO DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. TESE DE SUSPENSÃO DO PERÍODO. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM, POR SER CABÍVEL O RECURSO PRÓPRIO. MATÉRIA DE DIREITO. VIABILIDADE DO *WRIT* ORIGINÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida liminarmente para determinar que o Tribunal *a quo* examine o HC n. 1.0000.20.016034-9/000, decidindo como entender de direito.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Sílvio Sérgio Oliveira Guimarães** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que indeferiu liminarmente o HC n. 1.0000.20.016034-9/000, nos termos da seguinte ementa (fl. 42):

EMENTA: *HABEAS CORPUS* - MATÉRIA AFETA À EXECUÇÃO PENAL - IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA - PEDIDO INDEFERIDO LIMINARMENTE. 1. O *Habeas corpus* não se mostra a via adequada para a análise de questões afetas à execução penal, especialmente por se tratar de matéria que demanda aprofundada análise do conjunto probatório, o que é inviável na via eleita, de cognição e instrução sumárias. 2. Conforme disposto no art. 663 do CPP, pode o Relator dispensar a requisição de informações à autoridade apontada coatora, se entender que o *Habeas Corpus* deve ser indeferido liminarmente, submetendo sua decisão à apreciação da Turma Julgadora. V.V. Consoante doutrina e jurisprudência, a ação autônoma de impugnação, denominada *habeas corpus* não se restringe, tão somente, aos casos que envolvam prisão, representando, também, uma via alternativa de ataque aos atos judiciais, com a possibilidade, inclusive, de desfazer a coisa julgada.

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, que (fls. 3/4):

O Paciente encontra-se regredido cautelarmente no regime fechado, desde o dia **10/11/2019**, em razão de ter supostamente cometido falta grave durante a suspensão da sua execução criminal. Julgadores, as informações juntadas nos

autos, quais sejam: 1 - 2018.032225467001; 2 - 2019.010554599-001; 3 - 2019017570300-001; 4-2019.019146809-001; 52019.030360401-001; não consta nenhum reds, não consta nenhum inquérito policial em ativo ou alguma denúncia crime em andamento.

ADEMAIS, conforme prova documental a execução criminal do PACIENTE estava suspensa na data 08/10/2017 até a data 07/08/2019, logo não tem como o apenado ter cometido falta grave.

[...] o paciente teve sua execução interrompida por 1 ano 3 meses e 20 dias.

Posto isto, as informações juntadas nos autos da execução do paciente que gerou a regressão cautelar do mesmo, foram datadas durante a suspensão da execução criminal do paciente, quais seja: 27/06/2019; 24/04/2019; 15/04/2019; 06/03/2019; 21/07/2018, logo não poderão interferir em uma execução criminal que estava suspensa.

Assim, a prisão do paciente é ilegal, fere os princípios da constituição federal [...].

Requer, liminarmente e no mérito, *o retorno imediato do paciente ao regime aberto, nos termos preconizados pelo art. 118, § 2º, da LEP* (fl. 5).

É o relatório.

Da análise dos autos, verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Ora, o Tribunal estadual não se manifestou acerca do mérito do *writ* originariamente impetrado e tratar do tema, aqui e agora, configuraria indevida supressão de instância. No entanto, segundo entendimento consolidado neste Superior Tribunal, não há empecilho à utilização de *habeas corpus* quando se tratar de matéria exclusivamente de direito, quando não houver necessidade do exame aprofundado de provas e quando houver possibilidade de lesão à liberdade de locomoção do paciente, como ocorre na espécie.

Assim, mostra-se perfeitamente cabível, em sede de *habeas corpus*, a análise da questão suscitada na Corte estadual e aqui reiterada, qual seja, saber sobre a legalidade da decisão que determinou a regressão cautelar do ora paciente, em razão de suposta falta disciplinar de natureza grave cometida em período de execução penal considerado suspenso.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgRg no HC n. 298.290/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 9/10/2014; e HC n. 294.717/MS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 14/10/2014.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, **concedo liminarmente** a ordem para determinar ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais que examine, com a maior brevidade possível, o mérito do HC n. 1.0000.20.016034-9/000, decidindo como entender de direito.

Comunique-se à autoridade judicial para que tome imediatamente as providências.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator